



## **Diálogos possíveis: a experiência do projeto de extensão Liga Experimental de Comunicação<sup>1</sup>**

Glícia Maria Pontes Bezerra<sup>2</sup>  
Helena Martins do Rêgo Barreto<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Ceará

### **RESUMO**

Esse artigo tem o objetivo de apresentar e analisar a experiência de um ano de implementação da Agência Experimental do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará e discutir de que forma as bases teóricas e empíricas que fundamentam a formação em comunicação e a extensão universitária podem contribuir para o fortalecimento do diálogo entre os movimentos sociais e o meio acadêmico. A reflexão central deste texto pretende abordar os desafios enfrentados por iniciativas como essa, pensando nos impactos da mesma para os estudantes e para a comunidade beneficiada com o projeto.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação; extensão, formação acadêmica; movimentos sociais.

### **1) Os caminhos iniciais**

A prática nos mostra que toda e qualquer atividade para ser bem sucedida requer um acúmulo de saberes, noções e discussões que norteiem os passos a serem seguidos. Embora a Universidade seja considerada no senso comum como o *locus* do saber, muitas áreas de atuação acadêmica permanecem inexploradas, seja por falta de produção acadêmica, por falta de pessoal qualificado, ou mesmo por problemas estruturais. Assim, as possibilidades de iniciar sonhos são, por vezes, esquecidas e em seus lugares permanecem as atividades corriqueiras e obrigatórias de serem realizadas. A sala de aula acaba sendo o espaço majoritário de vivência acadêmica de estudantes e professores. A pesquisa, muitas vezes isolada do cotidiano dos cursos, pouco agrega em termos de pessoal, apesar do seu importante papel na produção do conhecimento. A extensão assume a função de dialogar com o restante da sociedade, porém nem sempre proporciona uma troca real. Essas constatações não se pretendem generalistas, mas, na

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT – Mediação e Interfaces Comunicacionais do Inovcom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

<sup>2</sup> Professora Assistente do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: [glicia@ufc.br](mailto:glicia@ufc.br)

<sup>3</sup> Estudante do 5o. semestre do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de extensão do projeto Liga Experimental de Comunicação. Email: [mb.helena@gmail.com](mailto:mb.helena@gmail.com)



verdade, estão expostas às claras no cotidiano acadêmico e devem, pois, ser superadas, através da integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão:

Nesse sentido, o curso universitário deve incorporar além da "tradicional" sala de aula (cada vez mais qualificada): disciplinas realizadas tutorialmente; estudos orientados; oficinas com produtos laboratoriais obrigatórios para a publicização dos trabalhos, simulação do exercício profissional e experimentação; debates e conferências periódicas e abertas, objetivando uma interação intensa com as multifacetadas vozes e visões sociais e com as temáticas inscritas em relevância na atualidade etc. Atividades de extensão e de pesquisa devem ser obrigatoriamente vivenciadas pelos estudantes como atividades também localizadas no interior do curso/currículo e não apenas opcionalmente como atividades extracurso. Nesta ótica, o currículo, antes de ser um conjunto de disciplinas, entendidas quase sempre como sala de aula, surge concebido como reunião de atividades, inclusive de pesquisa e de extensão, em formatações plurais e sempre adequadas aos conteúdos a serem trabalhados. (RUBIM, 1996, p. 47)

A partir de algumas dessas observações, um grupo de estudantes do Curso de Comunicação Social da UFC começou a se reunir com o objetivo de formular uma proposta de Agência Experimental para o curso, que até então não existia, tendo, anteriormente, apenas funcionado por alguns semestres uma experiência de Empresa Júnior<sup>4</sup>. O corpo docente do Curso passou então a se envolver na discussão e a definição de alguns objetivos foram ficando mais claros para o grupo: 1) a Agência deveria suprir uma necessidade básica na formação dos estudantes pela elaboração de trabalhos práticos, 2) estes seriam voltados para setores da sociedade que tivessem demandas de comunicação e dificuldades financeiras para realizá-las, assim, a Universidade estaria colaborando com esses grupos, 3) o projeto deveria aliar os conhecimentos discutidos em sala de aula e produzidos em pesquisas acadêmicas, para tanto, o estudante participaria tanto da execução de tarefas como aprofundaria alguns temas de estudo, e 4) de acordo com todos os pontos anteriores, decidimos pela formatação da Agência como projeto de extensão da Universidade. Depois de um período de realização de atividades da agência dentro das disciplinas letivas, resolvemos formalizá-la como ação de extensão junto à Administração Superior da UFC, e obtivemos o apoio institucional da mesma através da concessão de uma bolsa de extensão.

---

<sup>4</sup>Segundo a Confederação Brasileira de Empresas Juniores: “Uma Empresa Júnior é uma associação civil sem fins lucrativos constituída por alunos de nível superior ou técnico com o objetivo de aplicar a teoria ministrada em sala de aula, prestando serviços de consultoria e assessoria de qualidade, a um custo reduzido, para empresários, empreendedores e profissionais liberais”. Disponível em: <<http://uaua.ufba.br/brasiljr/vertical/imprensa.php>> . Acesso em: set. 2007.



## **2) Para onde vai a formação acadêmica em Comunicação Social?**

Lopes (2003), ao lançar as bases conceituais da pesquisa em comunicação mostra a necessidade de diagnosticarmos a nossa realidade, o contexto do surgimento dos cursos de Comunicação e as características específicas da nossa área. A autora fala de uma “autonomização” do campo da comunicação como campo do saber, principalmente, com a massificação dos meios de comunicação que, como toda e qualquer empresa, necessitaram de uma organização de mercado própria e, portanto, de profissionais qualificados para atuar nas áreas de jornalismo, publicidade, radialismo, relações públicas e etc.

Assim, num primeiro momento, verifica-se uma tendência tecnicista na formação acadêmica em Comunicação, como observa Lima (2001, p.34) ao relatar a criação dos cursos de Jornalismo nos Estados Unidos, os quais foram fortes influências para o ensino de Comunicação no Brasil: “os cursos são criados, portanto, com características marcadamente técnicas no contexto de uma universidade voltada para a profissionalização”. Hoje, com o fortalecimento da pesquisa em comunicação e com o reconhecimento da multidisciplinaridade como um importante fator a ser explorado no nosso meio, muitos cursos conseguem ir além da formação tecnicista. Porém, assim como há avanços, há recuos e as universidades muitas vezes adequam-se à lógica de mercado vigente. Um exemplo a ser observado é a existências das diversas habilitações que surgem com essa necessidade de especialização em determinados processos de trabalho e reforçam, ainda mais, o caráter técnico dessa formação.

Outro ponto tenso de discussão é para onde estão indo os profissionais egressos dos Cursos de Comunicação Social. Lima (2001) afirma que o ensino e a pesquisa em Comunicação têm se eximido da responsabilidade pública em relação à forma de organização comercial dos meios de comunicação de massa, na medida em que pouco têm contribuído para o debate crítico, enquanto valorizam, sobretudo, aos aspectos tecnicistas, passando a formar “quadros” para atuar nesses espaços através de um ensino instrumental.

Os estudantes e professores que se propõem a construir um outro tipo de atuação vêm-se desafiados por crises causadas pelo choque entre as teorias e a prática real do mercado de comunicação. De que forma analisar os limites éticos da profissão e exigir do futuro profissional que os siga se, na verdade, fora da universidade ele irá se deparar



com limites ainda maiores? Lima (2001) define o universo teórico da área de Comunicação como sendo “desarticulado e conflituoso”, justificando, pois, o porquê dessas crises teóricas, provocadas em parte pela profunda identificação entre o ensino de graduação em comunicações e as práticas profissionais. Esses conflitos podem ser observados, por exemplo, nas grades curriculares de parte dos cursos que, em sua maioria, possuem um ciclo inicial básico com disciplinas de Humanidades e das chamadas Ciências Sociais Aplicadas, enquanto o meio do curso é permeado, principalmente, por disciplinas técnicas, quando o estudante aprende a fazer um programa de rádio, um anúncio de TV, uma reportagem, um plano de comunicação, etc. No fim do curso, exige-se que seja contemplado um dos tripés da universidade, a pesquisa. É quando ele se vê desafiado a escolher um objeto de estudo e a analisá-lo com o olhar de pesquisador, tendo que conhecer a produção acadêmica a respeito daquele assunto e propondo, a partir dela, uma interpretação. Vale ressaltar que essa formação “esquizofrênica” é a mesma já vivenciada pelos professores de Comunicação. Como reflexo disso podemos constatar algo já afirmado por Lima (2001, p.23):

Embora essas questões não sejam, como se vê, exclusividade nossa, no Brasil elas se tornam cruciais, entre outras razões, pela dimensão econômica e cultural da indústria de comunicações, pela crescente demanda de profissionais qualificados num mercado cada vez mais exigente e pela superdimensionada oferta de cursos de Comunicação Social, muitos dos quais oferecem ao mercado de trabalho profissionais sem a formação teórica e prática adequada.

É importante que, tendo diagnosticado alguns dos diversos problemas do ensino de Comunicação, passemos a ter, diante deles, atitudes propositivas visando solucioná-los, pelo menos, em parte. A formação de grupos de pesquisa e estudo, o incentivo à interdisciplinaridade, a elaboração de trabalhos práticos diferenciados e com qualidade e a participação em projetos de extensão que proporcionem diálogos com o restante da sociedade podem apresentar soluções válidas a serem trabalhadas no cotidiano do curso, causando impactos positivos na formação acadêmica dos estudantes, nos aspectos científico, profissional e humanístico.

No campo específico da comunicação, o curso deve buscar uma formação qualificada e articulada, contemplando diferenciadas dimensões do conhecimento. Em um patamar teórico, o currículo pretende uma sólida e generosa formação que possibilite ao estudante trabalhar com conceitos e teorias. Em um nível analítico-informativo,



o curso busca dotar o alunato de informações fundamentais acerca da comunicação e de cultura, em seu largo sentido, especialmente no Brasil, e desenvolver sua capacidade de analisar temáticas da atualidade. Já em plano prático profissional, o currículo objetiva possibilitar aos estudantes a experimentação e o domínio das diversas linguagens da comunicação e da cultura contemporâneas. Por fim, todo o currículo deve ser perpassado por conteúdos que realizam uma consistente formação ético-política do comunicador, bem como viabilizem uma compreensão de seu significativo papel na contemporaneidade. (RUBIM, 1996, p. 49)

A Universidade deve ser vista como espaço privilegiado para a experimentação de linguagens, formatos e conteúdos muitas vezes marginalizados pela mídia comercial.

A experimentação e o exercício das diferenciadas linguagens da comunicação contemporânea, ao requererem sempre e necessariamente conteúdos, exigem que a comunicação seja encarada como complexa atitude e atividade cultural, como produção cultural e como realização de um novo e poderoso poder social. (RUBIM, 1996, p. 49)

Torna-se, portanto, fundamental aliar o potencial crítico dos estudantes e professores à análise qualificada do que é produzido na área de Comunicação, colocando-se também numa postura ativa e responsável perante a sociedade.

### **3) Para onde vai a extensão universitária?**

Muito se discute a respeito da relação entre a universidade e a sociedade como se a universidade não se apresentasse ela mesma como parte da sociedade e as práticas sociais, políticas e econômicas cotidianas não fossem reproduzidas e adaptadas ao mundo acadêmico. Assim, a universidade, como parte integrante da sociedade, deve contribuir com ela através da produção de conhecimentos que ajudem na solução de problemas. A pesquisa e o ensino têm, portanto, que se relacionar e servir como base para a consolidação da extensão, ou seja, do diálogo entre universidade e sociedade.

No livro “Extensão ou Comunicação?”, Paulo Freire tinha a proposta de criticar as atividades de extensão realizadas pelos agrônomos para servir de base aos estudos sobre a reforma agrária. Porém, como de forma comum em sua obra, Freire foi além das fronteiras propostas. Fez uma crítica relevante às teorias norte-americanas, através do contraponto entre comunicação e transmissão, ao considerar transmissão o sinônimo de extensão, invasão, transferência e, portanto, o antônimo de reciprocidade, interatividade,



e enfim o oposto de comunicação. Segundo Freire, a extensão relega o homem ao estado de coisa, o negando como ser capaz de transformar, de dar nome ao mundo.

A atividade extensionista realizada pelo agrônomo, a qual o autor se refere, é aquela que se caracteriza pela visita do profissional ao campo, para capacitar tecnicamente os camponeses. Ele relata que este agrônomo extensionista, chamado erroneamente de “agrônomo-educador”, muitas vezes desconsidera o saber dos camponeses e limita-se ao repasse de técnicas de tratamento do solo, das plantas, etc. Segundo Paulo Freire, muitas vezes “a convicção do camponês, de caráter mágico, convicção em torno de suas técnicas incipientes e empíricas, se choca necessariamente com os ‘significados’ técnicos dos agrônomos” (FREIRE, 1983, p.72). Ao refletir sobre o ato de educar e educar-se, Freire enfatiza a importância da comunicação e do diálogo para a co-participação dos sujeitos no ato de conhecer e no ato de pensar. Contrapõe, portanto, a atividade de extensão à educação comprometida com a libertação do homem, e a compara a práticas mecanicistas, manipulativas e de invasão cultural: “Extensão é Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem)” (FREIRE, 1983, p. 22).

É essencial observarmos como esse termo é trabalhado dentro da universidade nos dias de hoje. O princípio dialógico formulado por Freire é muitas vezes deixado de lado e substituído por relações assistencialistas, quando a universidade se propõe a atender demandas da sociedade, sem ir além da assistência ou da caridade. Esse tipo de experiência é verificado com frequência nas ações de extensão da área de saúde que primam pelo atendimento médico e odontológico, não aliando a estes, projetos de educação em saúde que poderiam ser uma ferramenta na prevenção de doenças e um caminho para a formação de uma consciência cidadã em relação a questões concernentes à saúde pública, à saúde da mulher e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo. Outra linha presente na extensão universitária contemporânea contempla a prestação de serviços à comunidade, colocando o saber acadêmico a serviço de demandas da sociedade. Assim como nos projetos assistencialistas, a prestação de serviços se realiza com foco unidirecional, da universidade para a sociedade, seja através da realização de cursos para a comunidade, seja através da elaboração de projetos pontuais. Além dessas duas visões de extensão, há uma outra predominante que se fundamenta na conexão universidade-sociedade por meio da preparação do estudante para o seu ingresso no mercado de trabalho. É o caso



dos projetos de empresas juniores ou advindos de fundações privadas, que mesmo dentro de instituições públicas de ensino superior, primam pela reprodução da lógica de mercado dentro da universidade, como forma de adiantar o contato do estudante com a realidade das empresas.

Ao nos questionarmos “para onde vai a extensão?” estamos, antes de mais nada, percebendo esses caminhos existentes e observando se os mesmos convergem com a nossa visão de formação acadêmica, já antes apresentada. As visões assistencialistas, de prestação de serviços e de inclusão no mercado de trabalho apresentam para nós muitos limites para a consolidação de uma formação acadêmica crítica, humanista e que de fato contribua na transformação do mundo: “‘ser’ no mundo significa transformar e retransformar o mundo, e não adaptar-se a ele (FREIRE, 2001, p. 36). Embora muitos destes projetos desenvolvam ações reconhecidas pela comunidade, muitos não propõem um envolvimento real nos problemas existentes, ressaltando ainda mais a ausência de comunicação e o distanciamento entre o meio acadêmico e a sociedade.

Para Freire, a comunicação só é possível quando vivenciada interativamente por sujeitos iguais: “A comunicação implica numa reciprocidade que não pode ser rompida” (FREIRE, 1983, p.67). Segundo ele, o pensamento, o conhecimento e a comunicação não podem se dar em um sujeito isolado. Essa sua célebre frase resume tudo isso: “não existe um ‘eu penso’, mas sim um ‘nós pensamos’”. Uma conceituação ao mesmo tempo filosófica e apaixonada, de um estudioso comprometido com as causas sociais e com a libertação do homem, como observou Lima (2001) ao resgatar o conceito de comunicação na obra de Paulo Freire e atualizá-lo, buscando a contribuição do mesmo para o atual campo das comunicações:

O diálogo não pode travar-se numa relação antagônica. O diálogo é um encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos (LIMA, 2001, p 65).

Transpondo para o tema que aqui discutimos, o diálogo nas atividades de extensão deve primar pelo reconhecimento do outro, ou seja, da sociedade como sujeito, um grande desafio, portanto, para aqueles que tradicionalmente se assumiram como detentores do saber. Para Freire, como dito anteriormente, a comunicação é parte essencial da natureza humana e, portanto, deve ser vivida como vocação humana, isto é, em sua dimensão política. A expressão “dar nome ao mundo” utilizada por Freire



ressalta a condição de sujeito histórico do homem, que através das suas palavras, isto é, através do diálogo, torna-se livre, tem voz e, portanto, existência.

### **5) Os passos percorridos: reflexão e ação.**

Como já adiantamos no início deste artigo, o projeto entrou em funcionamento no início de 2007 e, naquele momento, contou com a participação numerosa dos estudantes, o que comprovou nossas primeiras hipóteses acerca da demanda existente no curso de Comunicação pela realização de trabalhos práticos. A partir das primeiras definições de que a Liga teria o formato de um projeto de extensão, que realizaria trabalhos para organizações não governamentais, movimentos sociais e demais projetos da Universidade Federal do Ceará e que aliaria as habilitações existentes no curso, publicidade e jornalismo, iniciamos os nossos trabalhos. Primeiro, selecionamos os projetos a serem atendidos através de uma chamada pública divulgada amplamente para a sociedade numa campanha realizada pelos estudantes participantes da Liga.

O processo de seleção levou em consideração alguns critérios, tais como: relevância da instituição e seu possível impacto na formação do estudante, viabilidade de atuação conjunta e possibilidade de realização de trabalhos de comunicação integrada nas áreas de jornalismo e publicidade. Após esse momento, definimos como parceiras as seguintes instituições: Ong Terramar, mais especificamente a Rede de Turismo Comunitário que a mesma desenvolveu; Projeto Acessibilidade, ação de extensão da UFC que propõe a inclusão digital de deficientes visuais pelo uso do sistema DOSVOX; Movimento dos Conselhos Populares, organização relativamente recente da cidade de Fortaleza que é fruto da articulação de vários movimentos de bairros; Grupo de Estudos da Relação Mídia e Infância (GRIM), grupo de pesquisa interinstitucional que reúne estudiosos da UFC e da UNIFOR; Núcleo de Economia Solidária (NUSOL), projeto de extensão do Departamento de Economia da UFC e Liga de Nefrologia, projeto de extensão do Curso de Medicina da UFC. Todos estes parceiros apresentavam demandas na área de comunicação e tinham dificuldades em solucioná-las por falta de estrutura, conhecimento ou mesmo compreensão do papel que a comunicação poderia desempenhar para a melhoria de suas atividades.

Algumas dessas parcerias não se realizaram em sua plenitude, ou seja, não atenderam aos objetivos propostos no momento da seleção do projeto por alguns motivos por nós avaliados: falta de acúmulo dos estudantes para o exercício das



atividades práticas, problemas no envolvimento das entidades parceiras com a demanda de comunicação, problemas no envolvimento dos estudantes com as entidades parceiras, dificuldades em conciliar a agenda dos projetos com a dinâmica de funcionamento da Liga. Esses problemas listados acima têm, sem dúvida, relação com as dificuldades iniciais de implementação da Liga marcadas pela ausência de uma infra-estrutura própria do projeto (equipamentos e material de consumo), pela falta de esclarecimento dos estudantes e professores a respeito do caráter de extensão pretendido pela Liga e pela própria falta de sensibilidade quanto ao papel da extensão dentro do curso. pelos problemas metodológicos em relação às reuniões, às formações e ao diálogo com as entidades parceiras e pelo desconhecimento total do projeto por parte das entidades, das outras instâncias da Universidade e dos movimentos sociais da cidade de Fortaleza.

Ao final do período de um ano, realizamos uma avaliação coletiva com os estudantes participantes e detectamos alguns desses tópicos acima listados, tendo, porém, a clareza de que muitos deles poderiam ser por nós superados nos anos seguintes de funcionamento do projeto. Apesar de alguns bons resultados<sup>5</sup>, entendemos que não alcançamos muitos dos nossos anseios e que, na verdade, cometemos deslizos em relação à proposta de formação e de extensão que gostaríamos de realizar no início do projeto. Muitas vezes, o projeto foi encarado pelos parceiros como uma ação de prestação de serviços e algumas vezes pelos estudantes unicamente como espaço de qualificação para entrada no mercado de trabalho.

Porém, mesmo com todas estas contradições, acreditamos que iniciamos a construção de um terreno fértil para o desenvolvimento de novas propostas e que, o processo de auto-crítica poderia ser fundamental para a realização dos “sonhos possíveis” e para a consolidação da interação entre ação e reflexão, sem a qual poderíamos cair no que Freire (2005) denomina de “verbalismo – sacrifício da ação” e “ativismo – o sacrifício da reflexão”. Durante o transcorrido ano, realizamos três avaliações do projeto para refletir acerca das ações que estavam sendo realizadas e seus impactos na formação dos estudantes, no relacionamento com as entidades, e, sobretudo, para verificar se os objetivos da Liga Experimental de Comunicação estavam

---

<sup>5</sup> Entre os trabalhos desenvolvidos pela Liga Experimental de Comunicação no ano de 2007 podemos listar a campanha “Rim Saudável” elaborada para o Projeto de Extensão Liga de Nefrologia que contou com a elaboração de formatos publicitários e jornalísticos. A criação da identidade visual e de peças de comunicação para a Rede de Turismo Comunitário também foi um outra atividade realizada pela Liga. Além dessas campanhas de maior complexidade outras peças mais simples foram elaboradas para outros parceiros: identidade visual, *clipping* e criação do site do Projeto Acessibilidade, identidade visual e criação do site do Núcleo de Economia Solidária, proposta de site para o Grupo de Estudos da Relação Mídia e Infância. Outras campanhas e peças de comunicação de cunho interno foram formuladas pelos estudantes visando a divulgação do próprio projeto.



sendo atingidos. O processo de avaliação foi, sem dúvida, fundamental para o prosseguimento dos trabalhos e para a reformulação de algumas linhas. Nesse sentido, pudemos perceber a todo o momento o projeto em construção pelos sujeitos participantes, tanto pelos estudantes e professores, como pelas entidades parceiras. A lógica da avaliação coletiva ajudou no amadurecimento de alguns pontos e levou ao aprofundamento das discussões em busca de soluções. A idéia de que o projeto estava “inconcluso” foi motivante para que os estudantes percebessem a importância do seu envolvimento e contribuíssem no dia-a-dia das atividades. A noção de inconcluso é proposta por Freire como definição da pedagogia problematizadora que compreende o caráter histórico do homem e a função da educação na sua construção como sujeito:

Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um quefazer permanente. Permanente na inconclusão dos homens e do devenir da realidade (FREIRE, 2005, p.83-4).

Vale ressaltar também que essa necessidade de envolvimento fez com que muitos desistissem no meio do caminho, seja por falta de tempo, seja por desinteresse ou falta de disponibilidade para essa dedicação de caráter voluntário. Também procuramos, nesse período, desconstruir a visão hegemônica de concentração da Liga na figura do docente que o coordena, contrapondo-se à noção de “educação bancária” em que os detentores do conhecimento “depositam” o saber nos aprendizes. A existência da agência se justifica, pois, com a participação efetiva dos estudantes, sem os quais o caráter de extensão buscando resultados reais na formação acadêmica e no desenvolvimento de atividades de comunicação na comunidade não teria sentido.

## **6) Revendo os trajetos, apontando rotas:**

Entre as observações centrais relativas ao último ano de funcionamento da Liga destacamos a dificuldade de relacionamento com os projetos parceiros, a participação dos estudantes com fins diferentes dos objetivos do projeto e a realização de atividades que contribuam de forma efetiva para a comunicação dos projetos. Com o objetivo de solucionar esses problemas definimos algumas mudanças durante o nosso percurso.



Nesse período, foi muito rico perceber a sensibilização dos estudantes em relação ao diálogo com os projetos parceiros, contrapondo-se, por exemplo, à lógica do mercado de comunicação que trabalha com a noção de clientela, de “sloganização<sup>6</sup>”, como solução mais acertada para os problemas de comunicação entre instituições e seu público. No decorrer do processo fomos percebendo que tratar os parceiros como clientes não nos bastaria para a plena concretização dos nossos objetivos, também porque escolhemos como público entidades que não têm como fim o lucro financeiro, mas, na verdade, ocupam-se com a conscientização em relação a diversas causas: saúde, meio-ambiente, acessibilidade. Ter como matéria-prima estes conteúdos nos levou, inclusive, a questionar os processos tradicionais do trabalho em comunicação, muitas vezes limitados à realidade do mercado e distante do universo dos movimentos sociais e organizações não governamentais.

Esse amadurecimento também nos fez observar a necessidade do nosso envolvimento com algumas causas, para além dos trabalhos que realizamos na área de comunicação. As questões políticas, históricas, econômicas e sociais que perpassam esses diversos temas exigiram e continuarão a exigir de nós uma dedicação menos pontual. Ainda mais porque um dos pontos por nós definidos foi a necessidade de, após a nossa passagem, os projetos terem autonomia e conseguirem realizar suas demandas de comunicação.

Não há sentido em realizar esse diálogo se ele não proporcionar uma emancipação real. Freire (2005) alerta para o processo de desumanização característica nos oprimidos e opressores e aponta os primeiros como libertadores de si próprios e dos seus opressores. Essa libertação afirmará os homens enquanto pessoas, isto é, os humanizará. Segundo ele, esse processo revolucionário de ação libertadora deve também ser marcado pelo diálogo, pois este é a essência dessa ação.

Estar presente no cotidiano desses projetos e torná-los presentes no cotidiano da Universidade através de formações, palestras, atividades culturais e outras formas de encontro que efetivem a troca de saberes é um dos nossos anseios. Como parte dessas redefinições está a decisão de trabalhar com somente um projeto parceiro por período, para assim tornar possível essa dedicação e envolvimento que já justificamos acima como indispensável. Para o período que vai de março a julho deste ano, definimos em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por trabalhar em parceria, possibilitando aos estudantes o contato com um dos principais movimentos

---

<sup>6</sup> Termo usado por FREIRE(2005, p.59) em referência ao tipo de comunicação transmissiva, vertical e unilateral.



sociais do país e, ao mesmo tempo, auxiliando nas tarefas de comunicação do movimento que passa por diversos desafios de organização.

Acreditamos que essa parceria será essencial para a consolidação de alguns dos nossos propósitos: formação acadêmica, extensão, contribuição com a sociedade. No primeiro ponto, formação acadêmica, a relação com o MST pode contribuir com a formação humanista e crítica dos estudantes, que vivenciarão realidades diferentes das suas e terão a oportunidade de conviver com um importante “sujeito pedagógico” como definiu Caldarat (2004, p. 315-6):

olhar para a formação dos sem-terra é enxergar o MST também como um sujeito pedagógico, ou seja como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem. Essa intencionalidade não está primeiro no campo da educação mas sim no próprio caráter do MST, produzido em sua trajetória histórica de participação na luta de classes em nosso país. É através de seus objetivos, princípios, valores e jeito de ser que o Movimento 'intencionaliza' suas práticas educativas, ao mesmo tempo que, aos poucos, também começa a refletir sobre elas, à medida que se dá conta de sua tarefa histórica: além de produzir alimentos em terras antes aprisionadas pelo latifúndio, também deve ajudar a produzir seres humanos ou, pelo menos, ajudar a resgatar a humanidade em quem já imaginava quase perdida.

Roseli Caldart (2004) refere-se mais especificamente ao impacto educativo do MST nos seus militantes, mas podemos considerar que este também se faz sentir nas demais pessoas que entram em contato com o movimento. O acúmulo de conflitos, de manifestações e de métodos de organização tornou o MST um movimento que agrega diferentes bandeiras de luta e que permite, como diz a autora, “situar o próprio MST para além dele mesmo, por sua vez como processo que constitui um movimento sociocultural e histórico que o transcende” (CALDART, 2004, p. 329). Assim, as possibilidades de trocas são muitas e ricas em reflexão e ação, e, assim como o Movimento que se transcende, a formação em comunicação nesse caso iria além do trivial, fornecendo bases também para a formação humana e cidadã dos estudantes envolvidos. Aqui faz-se necessária uma ponderação no sentido de não cairmos na idealização do movimento, através da proposição de espaços cotidianos de troca de experiências, quando o estudante terá o desafio de perceber os diferentes níveis de envolvimento dos militantes nos assentamentos e se deparará com os desafios de uma organização de massas.



Em relação à extensão, o diálogo com o MST não é nenhuma novidade no meio acadêmico. Muitos projetos na universidade já realizaram parcerias com os trabalhadores sem terra em diversas áreas: educação, saúde, história, direitos humanos, etc. O desafio para nós está em promover esse intercâmbio na área de comunicação, setor que, como já afirmamos neste artigo, tradicionalmente centra-se no modelo comercial de organização dos meios de comunicação de massa e, portanto, muitas vezes ignora a existência de vivências de comunicação nos movimentos sociais organizados. Fortalecer o diálogo com o MST através de atividades de extensão possibilitará ao movimento a construção de um olhar mais específico em relação às discussões presentes na área de comunicação e o entendimento da comunicação como essência da natureza humana, através do aprofundamento das seguintes temáticas: democratização da comunicação, direito humano à comunicação, leitura crítica da mídia, criminalização dos movimentos sociais pela mídia, campanhas educativas e comunicação popular e alternativa.

Já entramos, pois, no terceiro ponto proposto para o êxito dessa parceria: a contribuição com a sociedade. Desenvolver trabalhos de comunicação para e com o MST poderá ser essencial para a desconstrução da imagem negativa do movimento perante a sociedade, tornando visíveis suas reivindicações e colocando-o com igualdade de condições comunicativas, aspecto este já ansiado pelo Movimento, além de alavancar a comunicação interna entre os diversos assentamentos e ocupações.

Em relação à mídia, ao longo da sua vida, Freire acreditou que esta poderia ser capaz de trazer “influências renovadoras” e este era um dado positivo para uma ação cultural libertadora. Criticou as teorias americanas que consideravam os meios de comunicação de massa como capazes de exercer um poder manipulador, sem se dar conta dos aspectos culturais e sociais que definiam a recepção dos conteúdos pelas pessoas. Segundo Lima (2001), Freire pensava a noção de comunicação da seguinte forma: “Não a comunicação instrumental, transmissiva, mas aquela no sentido de ter em comum, compartilhar, estar conectado pela mesma teia simbólica construtora de sentido, em um contexto desigual e contraditório”. (LIMA, 2001, p. 56)

Freire criticou, sobretudo, as teorias nascidas a partir do behaviorismo, que, segundo ele, não consideravam o homem como um ser capaz de transformar a sua realidade. Segundo ele, “o behaviorismo é incapaz também de compreender estas relações entre o ser humano e o mundo”. (FREIRE, 1982, p. 67). Em seus últimos escritos ele mostrou-se preocupado com o poder ideológico dos meios de comunicação.



É o caso do Livro *Ação Cultural para a Liberdade* em que Freire fala das sociedades massificadas pelos meios: “os indivíduos ‘pensam’ e agem de acordo com as prescrições que recebem diariamente dos chamados meios de comunicação” (FREIRE, 1982, p. 83). Porém, no mesmo livro, Freire considera que é uma visão simplista e irracional considerar a tecnologia como uma entidade demoníaca. Segundo ele, o entendimento da tecnologia deve ser uma das preocupações de um projeto revolucionário.

Sendo assim, percebemos as diversas potencialidades desse projeto e pretendemos, a partir dele, realizar um trabalho que, de fato, fortaleça a comunicação dos movimentos sociais, compreendendo-a como ferramenta estratégica para a divulgação de diferentes visões de mundo, e que traga resultados positivos e convergentes com a uma formação acadêmica crítica e humanista, e com uma extensão universitária responsável e comprometida com a promoção de diálogos entre a universidade e a sociedade.

## REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3a. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade*. 7ª. Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_, Paulo. *Extensão ou Comunicação?*. 7ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 42a. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LIMA, Venício Artur de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

LOPES, Maria Imacolatta. *Pesquisa em Comunicação*. 7ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Quatro anos de quê?*. IN *Comunicação & Educação*, v.02, n.05, p. 46-9. jan./abr., 1996.